



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

08/11/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo Bolsonaro desvia verba para fundos e esvazia fiscalização trabalhista

O governo Jair Bolsonaro (sem partido) passou a recusar recursos arrecadados em decorrência de infrações trabalhistas, usados diretamente para equipar grupos de fiscalização do próprio governo, e determinou que esses valores e bens sejam destinados ao FDD (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos) ou ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A mudança no uso de recursos e bens —como caminhonetes destinadas à atuação de auditores-fiscais do trabalho— esvazia a fiscalização trabalhista, em razão da forte dependência de gerências e superintendências regionais a bens, serviços e obras previstos nos TACs (termos de ajustamento de conduta) assinados pelo MPT (Ministério Público do Trabalho).

Audidores, integrantes do MPT e a Justiça do Trabalho apontam um retrocesso na imposição feita pelo governo Bolsonaro, capitaneada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência. A medida pode paralisar fiscalizações de trabalho escravo, acidentes de trabalho e trabalho infantil, segundo críticos da medida.

Quando recebe uma denúncia, o MPT costuma acionar equipes de fiscalização formadas por auditores vinculados ao Ministério do Trabalho. Um relatório —sobre trabalho escravo, sobre um acidente de trabalho ou sobre outra questão relacionada— é enviado aos procuradores que integram o MPT, que podem, a partir daí, fazer um TAC com a empresa envolvida.

O acordo pode envolver pagamentos por danos morais coletivos. Na execução do acordo, é comum que entre as possibilidades previstas estejam a destinação de veículos, drones, obras ou serviços para o funcionamento das equipes de fiscalização.

Audidores ouvidos pela Folha relatam que, diante de restrições orçamentárias, essa é a única maneira de equipes saírem às ruas para fiscalização trabalhista. E também o único caminho para a própria existência de unidades regionais, em cidades distantes dos grandes centros urbanos.

Saiba mais em: *Folha de São Paulo, segunda-feira 08 de novembro.*

Más condições no ambiente de trabalho geram dano moral coletivo, diz TRT-23

A empresa que mantém más condições no ambiente de trabalho fere direitos de origem comum e de ordem social previstos na Constituição Federal, o que atinge todo o grupo de trabalhadores, trazendo, por consequência, repercussões notadamente coletivas.

Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) manteve a condenação de uma empresa de ônibus interestadual a pagar R\$ 200 mil por danos morais coletivos, além de efetuar melhorias nos alojamentos de seus motoristas.

A ação foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho a partir de uma denúncia quanto às condições precárias dos alojamentos, banheiros, locais de refeição e instalações elétricas utilizados pelos empregados. Fiscalizações no local constataram a existência das irregularidades.

Relator, o desembargador Tarcísio Régis Valente observou que a manutenção da sentença condenatória é necessária também para evitar que a empresa continue a desrespeitar as normas.

Quanto ao dano moral coletivo, afirmou que estão presentes todos os requisitos autorizadores da responsabilidade civil: ato ilícito, culpa do empregador, traduzida no desrespeito às normas afetas aos mais elementares direitos trabalhistas, dano aos trabalhadores e nexo de causalidade.

"A violação de normas trabalhistas, especialmente as que visam a preservar a saúde e a segurança no ambiente laboral, implica o sentimento de indignação de toda a coletividade, e não apenas do trabalhador (ou familiar) diretamente desrespeitado", explicou o relator.

Saiba mais em: *CNTI, segunda-feira 08 de novembro.*

Bolsonaro deixa deterioração econômica como herança para próximo

Quem assumir a presidência do Brasil em 2023, seja o atual presidente reeleito ou não, terá de lidar com uma herança que inclui piora do ambiente interno de negócios, da imagem internacional do país e dos principais indicadores da economia.

Para ficar em dois indicadores de grande relevância, o dólar deve passar de R\$ 3,87 ao fim de 2018 para R\$ 5,50 no ano que vem, uma das maiores desvalorizações entre países emergentes no período. O desemprego subiria de 11,6% para 12,2%, níveis historicamente elevados.

Marcelo Neri, diretor do FGV Social, cita como desafio para o próximo governo um aumento da pobreza que pode ser gerado pela incerteza sobre o novo programa social Auxílio Brasil.

"A principal herança que o governo Bolsonaro deixará para o próximo governo é o desafio de recuperar o crescimento econômico, pautado por políticas fiscais e monetárias sólidas, e não por populismos ocasionais. É, fundamentalmente, não fazer o que ele [Bolsonaro] fez", afirma.

Para Juliano Assunção, diretor-executivo do CPI (Climate Policy Initiative) Brasil e professor da PUC-Rio, essa é uma questão mais fácil de solucionar, pois o cenário pode ser alterado rapidamente se houver uma mudança de orientação política de governo nessa área.

"O que estamos vendo no Brasil, que deveria se beneficiar desse processo, é que a gente está abrindo mão disso. O custo Brasil sempre esteve associado à dificuldade de se fazer negócios no país, e agora a gente tem um elemento novo que tem a ver com essa questão ambiental, na qual a Amazônia talvez seja o ponto mais evidente."

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, domingo 07 de novembro.**

Preços da cesta básica continuam subindo. Salário mínimo compra cada vez menos

Com altas que superam os 30% em 12 meses, os preços da cesta básica têm aumento generalizado, em 2021, nas 17 capitais pesquisadas pelo Dieese. Quem ganha salário mínimo consome quase 60% da renda líquida para comprar os produtos.

Segundo os dados divulgados nesta sexta-feira (5), apenas em outubro o custo médio da cesta básica aumentou em 16 capitais – a exceção foi Recife (-0,85%). As maiores altas foram registradas em Vitória (6%), Florianópolis (5,71%), Rio de Janeiro (4,79%), Curitiba (4,75%) e Brasília (4,28%).

No ano, o aumento vai de 1,78% (Salvador) a 18,42% (Curitiba). Já no acumulado em 12 meses, o preço médio da cesta básica sobe até 31,65% (Brasília). Três capitais têm acima dos 20%: Campo Grande (25,62%), Curitiba (22,79%) e Vitória (21,37%). Em São Paulo, a cesta aumenta 3,02% em outubro, 9,87% no ano e 16,43% em 12 meses.

A cesta básica mais cara, no mês passado, foi a de Florianópolis: R\$ 700,69. Com base nela, o Dieese estimou em R\$ 5.886,50 o salário mínimo necessário para as despesas básicas de uma família com quatro integrantes. Esse valor corresponde a 5,35 vezes o piso nacional (R\$ 1.100). Em setembro, essa proporção era menor, de 5,14. A cesta menos cara foi a de Aracaju (R\$ 464,17).

Saiba mais em: **CNTI, segunda-feira 07 de novembro.**

Diretoria da Aneel homologa leilão emergencial de energia após derrubar liminar

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou por unanimidade, em reunião extraordinária neste sábado (6) a homologação do leilão emergencial realizado em 25 de outubro para reforçar o abastecimento de energia elétrica nos próximos anos. O objetivo é ajudar a encher os reservatórios das hidrelétricas diante da maior crise hídrica dos últimos 91 anos.

O juiz cita que, segundo a parte autora do processo, uma vez aprovado o resultado do certame, os consumidores terão que arcar com valor de aproximadamente R\$ 40 bilhões nos próximos quatro anos, corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Segundo o relator do processo de homologação do certame, diretor Efrain Cruz, o leilão vai trazer para o consumidor R\$ 9 bilhões de receita fixa, que será diluída ao longo do período das concessões.

Em vídeo, o presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), Paulo Pedrosa, também contestou o leilão, ressaltando que os recursos empregados poderiam ser destinados a outras fontes de energia, como eólicas.

De acordo com o executivo, para 2022, várias projeções apontam que apenas esses custos vão superar os R\$ 80 por megawatt/hora, sendo R\$ 20 como acréscimo na energia de reserva.

Saiba mais em: **A Tribuna, segunda-feira 07 de novembro.**